

ANO 2019 - Edição Complementar 1 - 2048 - Data 05/07/2019 - Página 2 / 14

DOCUMENTO OFICIAL LICITATÓRIO Nº 455/2019 EDITAL Nº 235/2019

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO PREÇOS Nº 070/201

ATA DE **JULGAMENTO** DE **IMPUGNAÇÃO AO** EDITAL. Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, nas dependências da Diretoria de Compras e Formação de Preços da Secretaria Municipal das Licitações, sito na Rua Frei Orlando, 199, 4º andar Centro, Canoas (RS) a pregoeira designada pelo Decreto nº. 139/2019, servidora Sandra Maria Longhi Lemieszewski, procedeu à análise da IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, interposta pela empresa 7 DOVALE SOLUÇÕES PARA COMUNICAÇÃO VISUAL -**EIRELI sob o CNPJ nº 29.055.863/0001-48**, recebido por esta pregoeira em 23/07/2019, protocolada através do e-mail. Registra-se que o documento na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados anexo aos autos do processo licitatório e no sistema eletrônico Banrisul. Em suas alegações; " [...]. Nos termos do Artigo 41, parágrafo segundo da Lei 8.666/93 pelos seguintes fundamentos de fato e de direito que a seguir passa a expor: verificar que os preços estimados para execução dos serviços são totalmente inexequíveis, que justificam a presente impugnação, conforme será amplamente explorado na planilha do fornecedor/fabricante.[...] A estimativa de precos apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufira lucro. Tal estimativa de preços das películas é impraticável no mercado, pois não cobre os custos do produto. Ressalto que a cotação refere-se à películas normativas que atendem todas as normas necessárias e obrigatórias de acordo com a ABNT. Caso seja cotado e entregue películas não normativas, o prejuízo será também da Administração, pois não contará com os prazos e garantias para o deterioramento do produto. Ainda, vale frisar que o particular, a contrário da Administração Pública, visa o lucro na contratação. No entanto, o valor estimado para a prestação do serviço ora licitado, apresenta indícios de inexequibilidade, pois não é suficiente sequer para cobrir os custos do serviço, como o salário, os encargos incidentes sobre os salários, os insumos, taxa administrativa / lucro e tributos somados extrapolam o valor estimado, sendo assim, inexequível contratar por tal valor. Portanto, a ilegalidade da estimada de remuneração constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno direito, e seus frutos sem efeito, tornando-o não abjudicável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições. O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor. Consoante já afirmado, a Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de precos exeguíveis durante o processo licitatório. A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato. Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável. Diante do exposto, solicitamos que seja acolhida a presente impugnação ao edital, seja revisto o valor estimado como sendo máximo, e sua consequente republicação do certame. [...]. Submetidas à análise da Secretaria requisitante que se manifestou da seguinte forma: "(...) A presente manifestação trata-se de impugnação ao edital 235/2019 – Registro de Preços nº 70/2019, originário do processo administrativo sob nº 46.260/2019 apresentada por pessoa jurídica,

eventualmente interessada na participação da licitação supramencionada, alegando como possível irregularidade a presença de valores (máximo aceitáveis) inexeguíveis referentes aos itens 15 ao 22 (rolos de películas). A administração pública neste certame optou pelo menor preço das cotações apresentadas na fase preparatória. Neste caso, quatro interessadas encaminharam preços antes da abertura do processo administrativo originário, e ainda uma quinta empresa apresentou após início do processo, em que nos cinco casos estas apresentaram cotações prévias inferiores ao demonstrativo apresentado pela impugnante. Logo, todas as interessadas apresentaram preços abaixo, que potencialmente, poderão sofrer ainda alguma redução na disputa de lances ocorridas no momento de abertura do edital. A título de exemplo, a impugnante utilizou como menor preço praticado o valor de R\$ 2.361,60 e como maior valor R\$ 4.723,20. Nas cinco cotações apresentadas, não houve nenhum orçamento com valor superior a R\$ 2.000,00 e somente um com valor superior a R\$ 1.500,00. Caso a administração pública optasse pela média de preços, o valor não chegaria a R\$ 900,00 por rolo de película. Cabe ressaltar que a escolha, pela municipalidade, quanto a utilização da menor cotação apresentada como preço máximo aceitável, se justifica mediante o entendimento quanto a apresentação prévia de pelo menos uma empresa interessada na venda do produto solicitado, com preço mais vantajoso à administração. Ou seja, a apresentação "isolada" de uma única cotação, não representa a ocorrência de preço inexequível, muito pelo contrário, pode ocorrer apenas que a estruturação de preços, composta por despesas diretas e indiretas, por determinada concorrente não dispõe de condições de apresentar valores inferiores aos atualmente praticados ou sobre seus concorrentes. Ressaltamos que os valores cotados estão à disposição no processo administrativo supracitado, caso a impugnante tenha interesse ao acesso dos documentos. Ante exposto, amparado especialmente pelos princípios da economicidade e da transparência, entendemos pela rejeição da impugnação, havendo consequentemente, o prosseguimento do certame". Ante ao exposto, com base no entendimento exarado pela Diretoria Jurídica, ratifico o edital, e julgo improcedente a impugnação interposta pela empresa 7 DOVALE SOLUÇÕES PARA COMUNICAÇÃO VISUAL – EIRELI. A presente ata será publicada na mesma forma em que se deu a publicação original. Nada mais havendo digno de registro encerra-se a presente ata que vai

> Sandra Maria Longhi Lemieszewski Pregoeira